



Quarta-feira, 07 de julho de 2021 às 18:03, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3141320: DECRETO PMI Nº 107, DE 07 DE JUNHO DE
2021

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Imbituba

MUNICÍPIO

Imbituba



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3141320>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

DECRETO PMI Nº 107, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a adoção de sistema de votação on-line para escolha de representantes em Conselhos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 93, VII, c/c artigo 32, I, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o permissivo legal previsto no artigo 1º, I, c/c art. 6º, da Lei Complementar nº 5.192, de 1º de março de 2021, que dispôs sobre a Reestruturação Organizacional do Poder Executivo do Município de Imbituba,

DECRETA:

Art. 1º Os processos eleitorais para escolha de representantes da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais, enquanto perdurar o estado de calamidade decorrente da pandemia de COVID-19, serão realizados por meio de votação eletrônica on-line utilizando o "Sistema de Votação Online Helios Voting", assegurada a inviolabilidade e a segurança na votação.

Art. 2º O sistema deve assegurar que:

- I - a eleição se dê pelo voto direto e secreto;
- II - o eleitor verifique se seu voto foi depositado corretamente, através da emissão de recibo;
- III - que todos os votos depositados na urna sejam exibidos publicamente em sua forma criptografada;
- IV - que qualquer um possa verificar que os votos depositados na urna foram corretamente apurados;
- V - a escolha de um eleitor, por seu voto, não seja revelada, mesmo que este eleitor queira revelar;
- VI - o voto de um eleitor não seja adulterado ou excluído;
- VII - uma vez iniciada a eleição, somente a Comissão Eleitoral ou pessoa por ela designada, tenha acesso a gestão da eleição;
- VIII - o resultado final de uma eleição seja computado sem que seja necessário ter acesso ao voto individual de cada eleitor.

Art. 3º Compete:

- I - a Secretaria Municipal de Administração - SEAD:
 - a) a instalação, hospedagem, administração e backup do sistema de votação, ficando sob sua responsabilidade todos os procedimentos necessários para o correto funcionamento do sistema;
 - b) a capacitação e suporte às Comissões Eleitorais para a utilização do sistema;
 - c) determinar à Gerência de Tecnologia da Informação, os trâmites necessários para a realização de eleições on-line;
 - d) receber as inscrições on-line.

II - ao Prefeito, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais, ao Diretor-Presidente do SAMAE, se a Presidência do Conselho não o fizer no tempo hábil, a edição do Edital de Convocação da Eleição e a constituição da Comissão Eleitoral;

III - ao Gabinete do Prefeito, à Procuradoria Geral do Município, às Secretarias Municipais e SAMAE, providenciar a publicação dos editais de eleição;

IV - a Comissão Eleitoral:

- a) homologar as inscrições;
- b) obter as listas de votantes;
- c) criar eleição virtual, inserindo a data e horário da votação;
- d) providenciar o sorteio da ordem das candidaturas nas cédulas eleitorais;
- e) incluir os inscritos homologados no sistema de votação;
- f) incluir os votantes no sistema de votação;
- g) supervisionar e acompanhar todo o processo eleitoral;
- h) realizar a apuração dos votos;
- i) emitir ata de apuração, para encaminhamento à Direção Geral.

IV - a Gerência de Tecnologia da Informação da SEAD:

- a) providenciar as liberações necessárias no “Sistema de Votação Online Helios Voting” para viabilização das eleições;
- b) dar suporte à Comissão Eleitoral sempre que demandada.

Art. 4º O Edital de Convocação de Eleição poderá considerar representações distintas, cabendo a abertura de eleições no sistema on-line conforme o grupo de eleitores comum para cada representação.

Parágrafo único. O Edital de Convocação de Eleição deverá dispor sobre a utilização de e-mail de cada eleitor para o recebimento da senha para o acesso ao sistema de eleição on-line, cabendo aos eleitores a verificação prévia do recebimento do mesmo.

Art. 5º Os Conselhos Municipais que estejam com suas constituições sustadas em razão da pandemia de COVID-19 deverão realizar as mesmas de forma on-line.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de julho de 2021.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8428-E896-B254-AABA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROSENVALDO DA SILVA JUNIOR (CPF 932.790.199-15) em 07/07/2021 17:01:35 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCIANO ALVES ZANINI (CPF 888.521.309-00) em 07/07/2021 17:30:10 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://imbituba.1doc.com.br/verificacao/8428-E896-B254-AABA>